

SUMÁRIO

<i>Nota à 2ª edição</i>	XV
<i>Apresentação</i>	XVII
<i>Introdução</i>	XIX
1. O tempo no direito	1
1.1. O princípio da prescritibilidade das pretensões. A prescrição como uma das formas de direito ao esquecimento	5
1.2. Noções gerais sobre prescrição.....	9
2. A crise da separação entre o direito público e o direito privado. Zonas de interferência.....	15
2.1. A autonomia do Direito Administrativo	20
2.2. Contribuições do Código civilista para o Direito Administrativo	27
2.2.1. A influência dos princípios gerais do Direito Civil no Direito Administrativo.....	27
3. Princípio da segurança jurídica. A segurança jurídica como princípio constitucional implícito	38
3.1. O princípio da segurança das relações jurídicas. O debate entre positivistas-institucionalistas. Paradoxos constitucionais	48
3.2. A ponderação de princípios, sob a ótica de Robert Alexy	55
4. Prescrição civil ordinária	68
4.1. Institutos afins: prescrição, decadência, preclusão e perempção.....	72
4.1.1. Prescrição e preclusão	73
	XI



4.1.2. Prescrição e decadência.....	79
4.1.2.1. Dificuldades doutrinárias na distinção	83
4.1.2.2. Quadro comparativo entre prescrição e decadência.....	87
5. Prescrição administrativa.....	90
5.1. Princípios de direito administrativo especialmente aplicáveis à prescrição	96
5.1.1. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado	99
5.1.2. O princípio da indisponibilidade do interesse público.....	106
5.2. A coisa julgada administrativa.....	108
5.3. A questão da prévia exaustão das vias administrativas: os recursos administrativos.....	115
5.3.1. Reclamação administrativa.....	117
5.3.2. Recurso hierárquico próprio e impróprio	120
5.3.3. Pedido de reconsideração	127
6. A pretensão punitiva da administração. O <i>jus puniendi</i>	132
6.1. O ilícito administrativo e o ilícito penal	132
6.2. Independência das instâncias administrativa, civil e penal	134
6.3. As sanções administrativas	138
6.3.1. Princípios da legalidade e da proporcionalidade da sanção	144
6.4. Fixação do <i>dies a quo</i>	148
7. Suspensão e interrupção da prescrição	156
7.1. Interrupção e suspensão da prescrição no Decreto n. 20.910/32 e no Decreto-Lei n. 4.597/42.....	158
8. Prescrição das pretensões da Administração contra o administrado.....	161
8.1. Prescrição do ato administrativo nulo.....	161
8.1.1. O problema dos prazos prescricionais para inva-	

lidação dos atos administrativos ante a doutrina e jurisprudência brasileiras.....	172
8.2. Limites principiológicos à anulação dos atos administrativos	189
8.2.1. O princípio da boa-fé e da proteção da confiança	189
8.3. A invalidação e convalidação do ato administrativo....	196
9. A prescrição no processo administrativo disciplinar. Lei n. 8.112/90	212
9.1. Revisão do processo	223
9.2. Da prescrição intercorrente no processo administrativo	228
10. Normas do processo administrativo federal relativas à prescrição. Lei n. 9.784/99.....	241
10.1. Abrangência do art. 54 da Lei n. 9.784/99.....	245
11. A prescrição do ato de improbidade administrativa. Lei n. 8.429/92	252
12. Prescrição de ações judiciais contra a Administração.....	265
12.1. Prescrição quinquenal	265
12.2. O Decreto n. 20.910/32: âmbito de aplicação.....	268
12.3. Distinção entre a prescrição das prestações vincendas regulada pelo art. 3º do Decreto n. 20.910/32 (parcelas de trato sucessivo) e a prescrição do fundo do direito prevista no art. 1º do mesmo diploma legal.....	272
12.3.1. Prescrição do fundo do direito: aplicação do art. 1º do Decreto n. 20.910/32	273
12.3.2. Prescrição das parcelas de trato sucessivo. Art. 3º do Decreto n. 20.910/32 e Súmula 85 do STJ	281
13. Prescrição e responsabilidade civil da Administração nas relações extracontratuais	287
13.1. Prescrição nas pretensões de reparação civil movidas contra a Fazenda Pública no Código Civil de 2002	297

13.2. Prazo prescricional de ações indenizatórias contra a Administração. Entes que podem invocar a prescrição quinquenal	314
14. A prescrição das ações judiciais contra o administrado...	324
14.1. Da ocorrência da prescrição com fundamento na Lei n. 9.873/99	325
14.2. Multa administrativa	329
14.2.1. Natureza jurídica da multa administrativa ..	330
14.2.2. O prazo prescricional da multa administrativa	330
14.3. A imprescritibilidade das ações de ressarcimento: exegese do art. 37, § 5º, da CF.....	345
15. A prescrição frente à indisponibilidade do interesse público	355
15.1. O conhecimento de ofício da prescrição e seu procedimento em face da Fazenda Pública: § 5º do art. 219 do CPC, com a redação dada pela Lei n. 11.280/2006	358
<i>Conclusões</i>	369
Anexo 1 — Súmulas sobre prescrição administrativa	377
Anexo 2 — Legislação sobre prescrição administrativa.....	379
— Decreto n. 20.910, de 6 de janeiro de 1932 — Regula a prescrição quinquenal	379
— Decreto-Lei n. 4.597, de 19 de agosto de 1942 — Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências	380
— Lei n. 9.873, de 23 de novembro de 1999 — Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.....	381
— Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999 — Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal	382
<i>Referências</i>	399